

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MYRNA MODOLON LIMA

**O IMPACTO CONTÁBIL DA APLICAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE -
CPC 12: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO METALÚRGICO**

CRICIÚMA

2013

MYRNA MODOLON LIMA

**O IMPACTO CONTÁBIL DA APLICAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE -
CPC 12: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO METALÚRGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

CRICIÚMA

2013

MYRNA MODOLON LIMA

**O IMPACTO CONTÁBIL DA APLICAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE -
CPC 12: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO METALÚRGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Geral.

Criciúma, 23 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Everton Perin - Especialista - (UNESC) - Orientador

Profª. Andréia Cittadin – Mestra - (UNESC) - Examinadora

Dedico este trabalho àqueles que sempre me inspiraram: meus pais Mara e Tarcisio e meu irmão Yuri.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte da minha trajetória até o presente momento.

Agradeço a Deus sobre todas as coisas.

Aos meus pais, Mara e Tarcisio, pessoas fenomenais, exemplos de caráter, dedicação e força. Vocês são os meus amores e meus exemplos de vida!

Ao meu irmão, que mesmo longe nós estejamos sempre perto e que você sempre me ilumine com a sua generosidade.

A minha família, vocês são incríveis! Tenho muita sorte em ser “uma de vocês”.

Aos meus amigos, os que fiz ao longo de toda a vida e dessa trajetória na universidade, que me guiaram e inspiraram cada dia mais.

Aos professores e colegas do curso de Ciências Contábeis da Unesc. Que nós possamos sempre ensinar e aprender uns com os outros e que sempre nos lembremos de onde começamos.

Ao meu orientador Everton Perin, pela atenção, todas as dicas e a paciência em sanar minhas dúvidas.

A todas as outras pessoas que não foram mencionadas nos agradecimentos, porém participaram da minha vida de alguma forma.

Muito obrigada!

No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz.

Ayrton Senna

RESUMO

LIMA, Myrna Modolon. **Impacto contábil da aplicação do CPC 12 em clientes e fornecedores: estudo de caso em uma empresa do ramo metalúrgico**. 2014. 62 f. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A convergência das normas brasileiras às normas contábeis internacionais trouxe ao País a pretensão de implementar regras com a capacidade de dirigir e esclarecer os usuários quanto aos preceitos do padrão internacional. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, órgão responsável pela tradução, interpretação e emissão dos pronunciamentos, busca essa adequação ao padrão contábil internacional. Dentre os pronunciamentos implementados pelo órgão, encontra-se o Pronunciamento Técnico CPC 12, cujo conteúdo aborda o ajuste a valor presente em operações contábeis. Nessa direção, o objetivo do presente estudo trata do impacto contábil da aplicação do CPC 12 em clientes e fornecedores em uma empresa do ramo metalúrgico. Com esse propósito, utilizou-se como procedimentos: a pesquisa bibliográfica, salientando-se as particularidades teóricas do tema tratado, e, para o estudo de caso, as pesquisas qualitativas e quantitativas. As informações foram obtidas pela análise dos demonstrativos contábeis da entidade e de outros dados complementares. Após esta etapa, desenvolvem-se os cálculos necessários para a pesquisa proposta, segundo procedimentos enquadrados no CPC 12. Em vista disso, infere-se que, com as mudanças obtidas nos resultados da empresa, após a adequação ao CPC 12, requer-se uma avaliação prudente quanto ao ajuste a valor presente em operações da entidade. Uma vez que as mesmas são obrigadas a realizarem o ajuste.

Palavras-chave: Convergência Contábil. Pronunciamento Técnico CPC 12. Ajuste a Valor Presente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Impulso em Direção a Adoção Global das IFRSs	21
----------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da Contabilidade	15
Quadro 2: Órgãos Constituintes do CPC	24
Quadro 3: CPC 12: Pronunciamento Editado pelo CPC e Aprovado pela CVM e pelo CFC.....	25
Quadro 4: Características Qualitativas das Informações Contábeis Conforme os CPCs	26
Quadro 5: Fórmula do Valor Presente.....	30
Quadro 6: Participação Societária da Empresa YML Metalurgia.....	42
Quadro 7: Clientes de Curto e Longo Prazo da Empresa YML Metalurgia	43
Quadro 8: Fornecedores de Curto e Longo Prazo da Empresa YML Metalurgia	44
Quadro 9: Condições para Contabilização de Clientes e Fornecedores de Curto Prazo da Empresa YML Metalurgia.....	44
Quadro 10 - Diretriz do Ajuste a Valor Presente de Clientes da Empresa YML Metalurgia.....	46
Quadro 11 - Diretriz do Ajuste a Valor Presente de Fornecedores da Empresa YML Metalurgia.....	49
Quadro 12: Comparativo Contas a Receber: Antes do CPC 12 x Depois do CPC 12	51
Quadro 13: Comparativo Contas a Pagar: Antes do CPC 12 x Depois do CPC 12 ..	52
Quadro 14: Excerto do Ativo do Balanço Patrimonial da Empresa YML Metalurgia ..	53
Quadro 15: Excerto do Passivo do Balanço Patrimonial da Empresa YML Metalurgia	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de Juros da Empresa YML Metalurgia	45
Tabela 2: Apuração do Valor Presente dos Clientes da Empresa YML Metalurgia...	47
Tabela 3: Apuração do Valor Presente dos Fornecedores da Empresa YML Metalurgia.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC Associação Nacional dos Analistas e profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais

Art. Artigo

AVP Ajuste a Valor Presente

BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo

CFC Conselho Federal de Contabilidade

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM Comissão de Valores Mobiliários

FASB *Financial Accounting Standards Board*

FIPECAFI Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
i Taxa de Juros

IAS *International Accounting Standards*

IASB *International Accounting Standards Board*

IASC *International Accounting Standards Committee*

IBRACON Instituto de Auditores Independentes do Brasil

Inc. Inciso

IFRS *International Financial Reporting Standards*

Ltda Limitada

n Número de Parcelas

RFB Receita Federal do Brasil

SEC *Securities and Exchange Commission*

SOX *Sarbanes – Oxley*

USGAAP *United States Generally Accepted Accounting Principles*

VF Valor Futuro

VP Valor Presente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 A CONTABILIDADE NO MUNDO	15
2.1.1 Harmonização, convergência e padronização.....	17
2.1.2 As normas contábeis internacionais.....	18
2.1.3 O caso <i>Enron</i> e outras fraudes contábeis	19
2.1.4 A aceitação do padrão IFRS pelo mundo.....	20
2.1.5 Brasil: As principais mudanças advindas das IFRS	22
2.1.6 O CPC e os Pronunciamentos Técnicos	24
2.1.7 Características Qualitativas das Informações Contábeis.....	26
2.2 VALOR PRESENTE	28
2.2.1 Cálculo do Ajuste a Valor Presente	29
2.2.2 Obrigatoriedade do Ajuste a Valor Presente	30
2.2.3 Valor Presente x Valor Justo.....	31
2.2.4 Contas Sujeitas ao Ajuste ao Valor Presente	32
2.2.5 Taxas de juros a serem utilizadas no cálculo do valor presente	33
2.2.6 Momento da Contabilização.....	34
2.2.7 Contabilizações do Ajuste a Valor Presente.....	35
2.2.8 Divulgação do Ajuste a Valor Presente.....	37
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	39
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	39
3.2 QUANTO À ABORDAGEM DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS...39	
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	40
4 ESTUDO DE CASO	42
4.1 A EMPRESA.....	42
4.1.1 Clientes e Fornecedores.....	43
4.1.2 Relevância dos clientes e fornecedores de curto prazo.....	44
4.1.3 Taxa de juros praticados pela Empresa YML Metalurgia Ltda	45
4.2 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE CLIENTES E FORNECEDORES	45

4.2.1	Clientes da Empresa YML Metalurgia Ltda	46
4.2.2	Fornecedores da Empresa YML Metalurgia Ltda	48
4.3	ANÁLISES DOS AJUSTES A VALOR PRESENTE DE CLIENTES E FORNECEDORES DA EMPRESA YML METALURGIA LTDA.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste capítulo, no primeiro momento, o tema e o problema abordados no presente estudo. A seguir, exibem-se os objetivos gerais e específicos os quais se pretende auferir. Conclui-se expressando a relevância da pesquisa mediante sua justificativa.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS (*International Financial Reporting Standards*) foram introduzidas no Brasil em 2007 e trouxeram os princípios internacionais para a contabilidade brasileira, com a finalidade de facilitar a interpretação de eventos econômico-financeiros das empresas pelos acionistas e ao mercado em geral. Uma vez que, por meio dessas, as demonstrações elaboradas em diversos países fossem uniformes e homogêneas.

A partir dessa resolução, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Instrução nº 485 na qual obriga as normas contábeis brasileiras a serem emitidas com base nas normas internacionais de contabilidade. A fim de estruturar o processo de convergência, em 2005, instaura-se, por meio da Resolução nº 1.005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC tem o objetivo de regular a contabilidade de todos os tipos de empresas ao traduzir as normas IFRS para a realidade brasileira.

O CPC também é responsável pelo estudo, preparo e emissão dos Pronunciamentos Contábeis, os quais são os métodos contábeis que se correlacionam com as normas internacionais. Dentre esses pronunciamentos, situa-se o Pronunciamento Técnico CPC 12- Ajuste a Valor Presente (AVP). Esse pronunciamento tem o intuito de estabelecer as condições necessárias para as empresas apurarem o AVP de elementos do ativo e passivo ao elaborarem as demonstrações contábeis. O CPC 12 está em conformidade com a Norma Técnica Geral 12 (NBC TG 12), essa, a responsável por estabelecer as regras, conceitos e procedimentos da contabilidade.

Os ativos correspondem aos bens e direitos que a empresa possui por certo momento e os passivos são as obrigações devidas por uma determinada entidade. Dentre esses, destacam-se os clientes e fornecedores. O CPC 12

esclarece que se deve analisar a relevância do ajuste a valor presente, sendo mais comum haver o ajuste em ativos e passivos de longo prazo. Porém, há casos da empresa conceber a indispensabilidade de ajustar também os ativos e passivos de curto prazo. Para isso, estipula-se, por meio de estudos, uma regra de quais direitos e obrigações de curto prazo serão ajustados.

O ajuste dos itens do ativo e passivo deve ser efetuado logo no registro inicial, assim considerada a data, o valor e as circunstâncias e maneiras as quais está determinada a operação. Depois de efetuados os devidos cálculos, o mesmo será alocado em contas retificadoras do ativo e do passivo. Dessa forma, quando forem apurados os resultados do exercício, as contas retificadoras serão separadas como receitas e despesas financeiras.

Frente ao exposto, questiona-se: como a aplicação do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente pode contribuir com a qualificação das informações contábeis?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa consiste em apresentar as contribuições da aplicação do Ajuste a Valor Presente – CPC 12 para a qualificação das informações contábeis em uma empresa do ramo metalúrgico.

Com o propósito de alcançar os objetivos gerais da pesquisa, consideram-se os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar o ajuste a valor presente, com enfoque no CPC 12 e nas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 12;
- Estabelecer as normas específicas para a aplicação do ajuste a valor presente;
- Empregar os principais procedimentos para determinar os resultados do estudo de caso.

1.2 JUSTIFICATIVA

Com a introdução das normas contábeis internacionais IFRS, a cultura contábil passou por mudanças significativas. As circunstâncias responsáveis por essas alterações são inúmeras. Todavia, destacam-se a globalização econômica, que aproximou os países do mundo todo e a indispensabilidade de regras homogêneas as quais convirjam o entendimento da contabilidade.

Frente a tais mudanças, exige-se que o profissional da área contábil e as empresas as quais são submetidas a essas regras, sejam conhecedores das novas normas e sejam aptos a aplicá-las. Atualmente, tornou-se imprescindível que o profissional elabore demonstrativos contábeis que embasem as tomadas de decisões e análises das empresas e que espelhem a realidade patrimonial econômica e financeira da entidade.

Diante do exposto, destaca-se a pertinência do presente estudo por explanar o ajuste a valor presente com ênfase em clientes e fornecedores de forma prática. A análise final revela a contribuição da aplicação do Ajuste a Valor Presente – CPC 12 para a qualificação das informações contábeis.

Pode-se justificar a elaboração do estudo pelo fato de se tratar de um tema que trouxe alterações relevantes, de interesse para os profissionais da contabilidade, estudantes e empresários em geral. O conhecimento do ajuste a valor presente e sua prática são obrigatórios para elaboração dos demonstrativos contábeis da entidade, conforme as normas contábeis brasileiras. Dessa forma, a necessidade da compreensão do estudo beneficia os profissionais contábeis e as empresas, que devem adequar-se à nova realidade contábil e aos investidores em busca de relatórios transparentes e que espelhem a realidade das entidades.

Por fim, assevera-se que a pesquisa se destaca para acadêmicos e profissionais da área contábil. Uma vez que, poderão encontrar um estudo para o entendimento do assunto exposto e um exemplo prático.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo explicar o tema proposto por meio de pesquisa bibliográfica. Primeiramente desenvolve-se um histórico sobre as normas internacionais de contabilidade, seguindo-se pela introdução dessas normas no Brasil.

Em seguida, disserta-se sobre o Pronunciamento Técnico CPC 12, com ênfase no Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo.

2.1 A CONTABILIDADE NO MUNDO

A contabilidade, assim como a sociedade, divide-se em períodos. Esses intervalos de tempo experimentaram diversas modificações responsáveis pela contabilidade atual. As divisões cronológicas permitem a segmentação da história da contabilidade, facilitando seu entendimento.

A história mostra que a contabilidade e a evolução financeira e comercial do mundo sempre estiveram intimamente ligadas. Nos primórdios, a contabilidade tinha como função principal auxiliar o homem na obtenção de informações sobre suas riquezas. (MARION, 2009, p. 25)

O Quadro 1 ilustra a contabilidade no mundo em quatro etapas de evolução:

Quadro 1: Evolução da Contabilidade

Período	Características
Contabilidade do Mundo Antigo	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã ¹ , quando apareceu o Líber Abaci ² , da autoria Leonardo Fibonaci ³ , o Pisano.

(continua)

¹ Período o qual teve início após o nascimento de Jesus Cristo.

² Mais comumente conhecido como "Tratado do Ábaco", publicado por Leonardo Fibonaci em 1202, contribuiu para a difusão e desenvolvimento da álgebra. (Ifrah, 2009, p.314)

³ Gênio matemático italiano (1170-1250,d.C)

(conclusão)

Contabilidade do Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> (Contabilidade por Partidas Dobradas ⁴) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribui para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Contabilidade do Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra “ <i>La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche</i> ” ⁵ , da autoria de Francesco Villa ⁶ , premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Contabilidade do Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: Contabilidade Básica (Lima, 2006)

O Quadro 1 exemplifica os períodos contábeis experimentados pela contabilidade. Todos os intervalos conectam-se, uma vez que, necessitou-se de cada um para dar origem ao próximo. O período contábil atual, Contabilidade do Mundo Científico, reflete as evoluções das outras épocas. Visto que, os períodos aludidos vinculam-se aos antecedentes.

Apesar das inúmeras mudanças durante todos os anos de evolução da contabilidade, a revolução industrial⁷ foi o marco para as maiores transformações que ainda estavam por vir. A contabilidade sempre buscou adequar-se aos crescimentos os quais o mundo experimentava. A principal delas: a globalização⁸. (COSTA, 2010, p. 21)

Sá (2011) complementa que,

as exigências sociais, aquelas do mercado, a luta imperialista, os abusos da especulação pelo dinheiro, a corrupção e a perda dos preceitos éticos, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram, também, as modificações conceptuais em Contabilidade.

⁴ Método para contabilização inventado pelo Frei Luca Pacioli, o qual determina que para todo crédito deva existir um débito de igual valor. (Sá, 2004, p. 162)

⁵ Livro o qual deu início a contabilidade científica (Seixas Pinto, 2002, p. 17)

⁶ Contador e professor de contabilidade italiano.

⁷ Ocorreram na Europa, no final do século XVIII, devido à invenção da máquina movida a vapor, a qual permitiu que novas máquinas fossem introduzidas todos os dias nas indústrias. É considerada a passagem gradual da manufatura para a indústria. (Giannotti, 2007, p.25)

⁸ A globalização é um fenômeno social que ocorre em escala global. Esse processo consiste em uma integração em caráter econômico, social, cultural e político entre diferentes países.

Afirma Beuren et al. (2003) que foi “com o aumento do volume dos negócios registrado após a Revolução Industrial que necessitou de exames contábeis das experiências financeiras das empresas [...]”. Dessa forma, a contabilidade tornou-se imprescindível não somente para a Europa, mas para todos os países os quais a Revolução Industrial alcançava. Foi esse o marco que alertou os contadores e empresários ao redor do mundo de que comercializar somente em seu país não era mais suficiente. (FRANCO, 1999, p. 45)

Muller e Scherer (2009, p. 13) ratificam que,

no desenvolvimento da globalização, verifica-se que as novas relações comerciais necessitam de novos processos contábeis que, para facilitar a elaboração e a apresentação mais uniformes das demonstrações contábeis de quaisquer entidades econômicas [...] exigem harmonização.

Em determinado momento, os países constataram a importância de uma contabilidade mais homogênea e harmônica entre os mesmos. Era impraticável para as empresas apresentarem suas demonstrações contábeis com normas diferentes para cada país. Evidencia-se que, com o intuito de homogeneizar as normas contábeis deve-se compreender sua harmonização e convergência.

2.1.1 Harmonização, convergência e padronização

Dois períodos históricos evidenciaram alterações na forma de pensar contábil: a Revolução Industrial e a globalização. A primeira, responsável por profissionalizar a contabilidade, modificou a indispensabilidade das entidades em possuir informações referentes às suas empresas. A segunda alertou sobre a primordialidade de se divulgarem demonstrações contábeis e financeiras harmoniosas entre os países. Nesse âmbito deve-se elucidar a harmonização, a convergência e a padronização, termos em voga no cenário mundial da contabilidade.

Nyama (2009, p. 38) conceitua a harmonização como “um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas [...]”. Nessa conjuntura, a harmonização contábil tem a atribuição de auxiliar a troca de informações entre

investidores, contribuindo para que os conhecimentos transmitidos sejam compreendidos em diversos países. (SOARES, 2012, p. 18)

Quanto ao conceito de padronização, cita-se Aurélio (2002, p. 356), com o significado de padronização: “redução dos objetos do mesmo gênero a um só tipo, unificado e simplificado, segundo um padrão ou modelo preestabelecido; ato ou efeito de padronizar; estandardização”. A padronização contábil, segundo Lourenço (2010, p. 33) corresponde ao conceito supracitado, uma vez que procura a uniformização das regras.

A convergência contábil, segundo Lemes e Carvalho (2009, p. 33), “serve de evidência da harmonização contábil”. Ainda, em concordância com a harmonização, busca-se um acordo entre os padrões contábeis internacionais, por meio de um conjunto de princípios. Além disso, almeja-se preservar as particularidades de cada país dentre essas normas. A esse processo dá-se o nome de “convergência” (VILLELA, 2007).

Com a globalização e a demanda por normas contábeis internacionais padronizadas, surgiram os conceitos da harmonização, padronização e convergência contábil. Recordar-se que os conceitos referidos integram uns aos outros, e todos complementam as normas contábeis internacionais.

2.1.2 As normas contábeis internacionais

Os processos de harmonização, convergência e padronização despontaram após a procura por normas contábeis internacionais que fossem homogêneas e transparentes para os usuários.

Cunha (2009, p. 19) afirma que “um fato relevante para essa harmonização foi a criação do Comitê Internacional de Pronunciamentos Contábeis (IASC- *International Accounting Standards Committee*).” Criado em 1972 durante o 10º Congresso Mundial de Contadores realizado em Sidney, o IASC ficou responsável pela criação e publicação de um novo padrão internacional de normas contábeis, as quais pudessem ser utilizadas e aceitas universalmente pelo mundo.

O IASC foi criado por 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido. Seus primeiros pronunciamentos técnicos publicados foram chamados de IAS (*International Accounting Standards*), ainda que tenham sofrido inúmeras

mudanças, muitas das normas IAS ainda estão vigentes atualmente. (AZEVEDO, 2010, p. 103)

Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 23) afirmam que “na contramão da ordem mundial de ter normas contábeis homogêneas, nos EUA as normas aceitas eram as *United States Generally Accepted Accounting Principles* - US GAAP, as quais eram emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board* - FASB.”

A tendência era que as empresas do mundo todo alterassem seus demonstrativos de forma a satisfazer as normas aceitas pelos Estados Unidos, por ser essa a economia de maior destaque no período. Todavia, apesar da sua força econômica, essa potência sofreu perdas no seu mercado de capitais motivado por escândalos financeiros corporativos, que aconteceram no final do século passado e começo desse século. Tendo exemplos como: *Enron*, *Worldcom*, *Arthur Andersen*, empresas que passavam por fraudes econômico- financeiras.

2.1.3 O caso *Enron* e outras fraudes contábeis

No final dos anos 90 ocorreu nas empresas americanas um fenômeno peculiar: muitas delas sofriam enormes fraudes contábeis e fiscais às quais não poderiam ser ignoradas. A empresa Enron era uma distribuidora de eletricidade e gás natural que migrou, em novembro de 1999 para a rede comercial eletrônica por meio do site EnronOnline, rapidamente transformando-se no maior portal de comércio eletrônico do mundo. Gurovitz (2001) infere que,

ao todo, 880 bilhões foram comercializados nos últimos dois anos pelo EnronOnline, em contratos que envolviam de capacidade de transmissão de dados a derivativos no mercado financeiro, passando por aço, papel, petroquímicos, carvão, emissões de gás e, é claro, energia elétrica. Nas últimas semanas, porém, as ações da empresa que chegaram a valer quase 70 bilhões de dólares em Wall Street, foram reduzidas a pó.

A Enron pediu concordata ao não atingir seu objetivo de fusão com a empresa *Dynegy*. Segundo Beltrame et al (2012, p. 03):

[...] investigações revelaram que a mesma havia manipulado os balanços financeiros, com a ajuda de empresas e bancos, escondendo dívidas de US\$ 25 bilhões por dois anos consecutivos, tendo seus lucros inflados artificialmente. O fato ocasionou, além de sua falência, a demissão de 20 mil empregados e um bilhão de dólares na conta dos responsáveis pela fraude.

Além da *Enron*, outras empresas utilizaram-se de fraudes contábeis e fiscais para maquiar seus demonstrativos contábeis tais quais *Worldcom*, *Tyco*, *Arthur Andersen*, entre outras. Após essa traumática experiência, os americanos resolveram precaver-se a fim de não experimentarem mais surpresas com a contabilidade criativa⁹ de suas empresas.

Surge dessa forma, em julho de 2002, a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX). Silva et al. (2007, p. 02) entende que “o SOX é uma lei que criou um organismo regulador das empresas de auditoria, determinou penas e responsabilidades dos executivos, na ênfase de tentar recuperar o equilíbrio no mercado de capitais”. Como punição para os condenados pela SOX, prevê-se penas de 1 a 5 milhões de dólares e de reclusão entre 10 e 20 anos (SILVA et al., 2007, p. 02)

A criação dessa lei mudou completamente a maneira como eram tratadas as fraudes e contabilidade criativa, não só nos Estados Unidos, como em tantos outros países que trouxeram ideias da mesma para sua legislação, inclusive o Brasil. Dentre elas, adotar um padrão contábil equivalente, para demonstrativos econômicos e financeiros, como já se fazia na Europa.

2.1.4 A aceitação do padrão IFRS pelo mundo

Os Estados Unidos, devido a fraudes contábeis em empresas relevantes ao mercado de capitais do país, buscou coibir por meio de penalizações as ocorrências posteriores às já detectadas. Para isso, criaram a Lei *Sarbanes–Oxley*, SOX, presente em tantos outros países após sua constituição.

A Lei Sox, inquestionavelmente, alterou a maneira como a contabilidade era feita ao redor do mundo. Além disso, a mesma serviu como causa para que os países relutantes, inclusive os Estados Unidos, aceitassem as normas IAS como normas contábeis internacionais vigentes. Em determinado momento, os donos do maior mercado de capitais do mundo perceberam a importância de uma mesma linguagem contábil entre todos os países, para isso, foi necessário que o FASB e o IASB se reunissem e chegassem a um consenso. (MONTEIRO, 2013, p. 138)

Em 2001 criou-se o IASB (*International Accounting Standards Board*), o qual substituiu o IASC em suas funções com o objetivo de melhorar a forma como

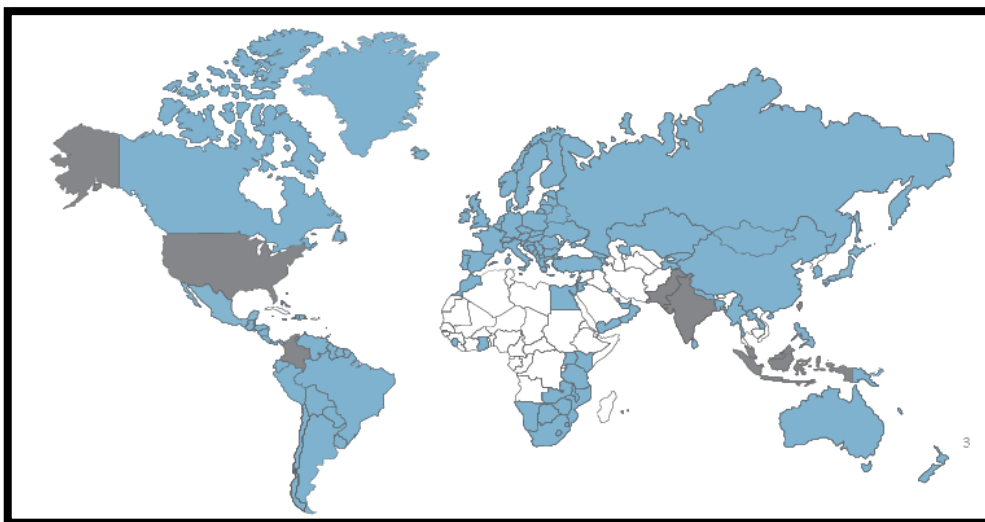
⁹ Contabilidade Criativa é a prática de distorcer a informação contábil com a finalidade de influenciar as tomadas de decisões dos usuários. (Santos e Grateron, 2003)

eram formulados e expedidos os pronunciamentos contábeis internacionais. Para isso, esses pronunciamentos passaram a serem emitidos com o nome de IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Azevedo (2010, p. 104) expõe que

o novo nome que foi escolhido pelo IASB demonstrou a vontade do comitê de transformar progressivamente os pronunciamentos contábeis anteriores em novos padrões internacionalmente com o fim de responder as expectativas crescentes dos usuários da informação financeira (analistas, investidores, instituições etc.).

Após o fato, em 2007, a *Securities Exchange Commission* – SEC aceitou que as empresas estrangeiras que atuam no mercado americano apresentassem suas demonstrações contábeis de acordo com o padrão internacional IFRS. Porém, ainda há muitas dificuldades de entendimento entre as duas normas. (FERREIRA, 2011). Em relação aos demais países, a Figura 1 ilustra os que já adotaram as normas IFRS e os que ainda estão em processo de convergência:

Figura 1: O Impulso em Direção a Adoção Global das IFRSs



Fonte: Adaptado de *International Accounting Standards Committee Foundation* (2012).

A Figura 1 discrimina em três cores diferentes a adoção mundial das normas IFRS. Em branco encontram-se os países que não adotaram e nem se situam em processo de convergência. Em azul claro, figuram os países que já estão

em conformidade com as normas. E, por fim, em azul escuro simbolizam os países que estão evoluindo para a convergência das normas IFRS.

Referente a Figura 1, pondera-se sobre os países que já completaram seu processo de transição: Brasil, grande parte da América Latina, o México e Canadá e até alguns países da África e da Ásia. Além da Europa, pioneira na adoção das normas IFRS. Dentre os países em fase de adaptação figuram: EUA, Índia, Paquistão e Indonésia.

Concebe-se que a maioria dos países já adotou ou possuem o intuito de adotar as normas contábeis internacionais. No Brasil, as normas são traduzidas e interpretadas, com o intuito de serem empregadas na íntegra.

2.1.5 Brasil: As principais mudanças advindas das IFRS

O Brasil, assim como os outros países, submeteu-se a mudanças em sua contabilidade com o decorrer dos anos. Visto que, a busca pela convergência contábil fez o país adequar-se às normas contábeis internacionais.

A Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, expõe sobre as Sociedades por Ações. Além disso, essa lei dispõe sobre as demonstrações contábeis no Brasil. O órgão moderador do sistema financeiro do mercado de valores mobiliários no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi criada por meio da Lei nº 6385 desse mesmo ano. Madeira, Silva e Almeida (2009, p. 28) afirmam que “a lei societária e a CVM são os principais órgãos reguladores da contabilidade do Brasil”.

As mudanças trouxeram ao Brasil a necessidade de um órgão que interpretasse as IFRS para a contabilidade brasileira. Criou-se, então, em 2005, por meio da Resolução do CFC¹⁰ nº 1055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Silva (2009, p.28) dispõe sobre o CPC sendo que este “não é um órgão regulador, sua finalidade é estudar os pronunciamentos técnicos a serem sugeridos aos órgãos reguladores.”

Posto que o CPC não se comporta como um órgão regulador, as normas contábeis brasileiras são emitidas em concordância com os pronunciamentos contábeis. Conforme o CFC,

¹⁰ Conselho Federal de Contabilidade.

as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) constituem-se num conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC.

Em 2007, por meio da Instrução nº 457 da CVM, determinou-se que todas as companhias abertas do Brasil deveriam utilizar as normas internacionais em suas demonstrações financeiras. A partir daí, os outros órgãos reguladores da contabilidade brasileira buscaram a mesma adequação.

Azevedo (2010, p.31) afirma que a harmonização das regras contábeis resultou do Projeto de Lei nº 3.741/2000, na Câmara dos Deputados, todavia esse projeto de lei demorou sete anos para ser aprovado, sendo publicado como a Lei 11.638/07. A qual foi responsável por alterar e revogar dispositivos, sem substituir, a Lei 6.404/76 e a Lei 6.385/76¹¹.

Segundo Azevedo (2010, p. 32):

o principal objetivo da nova lei,[...], foi atualizar as regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização destas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo IASB, por meio dos IFRS. É a adoção pelo Brasil das IFRS, o qual já é adotado por mais de 100 nações e que passou a ser obrigatório para todas as companhias com ações negociadas na Bovespa a partir de 2010.

Quanto a alterações da parte contábil que a Lei 11.638/07 ocasionou, conforme o próprio CPC citam-se os seguintes aspectos:

- Permitir a convergência das normas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais;
- Estabelecer que as normas contábeis a serem editadas pela CVM devem seguir as normas contábeis internacionais;
- Estabelecer a segregação entre escrituração mercantil e fiscal;
- Criou o conceito de empresas de grande porte com obrigações equivalentes às S.A. (escrituração contábil, auditoria);
- Previsão para que os órgãos reguladores possam firmar convênios com entidade com as características do CPC.

Por fim, aprovou-se a Lei nº 11.941/09 a qual complementou e alterou alguns aspectos da 6.404/76. Essa lei é responsável pela criação do Regime

¹¹ Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Tributário de Transição, o qual, de acordo com Cunha (2009, p. 21) veio “com o objetivo de neutralizar os impactos da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei n.11.638/07[...]”

O Brasil adequou-se às normas contábeis internacionais por intermédio dos pronunciamentos técnicos, responsáveis pela tradução e preparação das normas internacionais. Entretanto, recorda-se que os CPCs encontram-se em consonância com a normas brasileiras de contabilidade, responsáveis pela regulamentação

2.1.6 O CPC e os Pronunciamentos Técnicos



O CPC, de acordo com informações de seu próprio site, foi constituído por meio de esforços e união das seguintes entidades, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Órgãos Constituintes do CPC

Órgão do CPC	Sigla	Símbolo
Associação Brasileira das Companhias Abertas	ABRASCA	
Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais	APIMEC NACIONAL	
Bolsa de Valores de São Paulo	BOVESPA	
Conselho Federal de Contabilidade	CFC	

(continua)

(conclusão)

Fundação de Pesquisas Atuariais e Financeiras	Instituto de Contábeis, IBRACON	
Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	IBRACON	

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Como objetivo do CPC, cita-se:

o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

A constituição do CPC ocorreu com o intuito de criar pronunciamentos que convergissem as normas contábeis internacionais para as nacionais, dessa forma, restringindo custos e promovendo a concentração da publicação das normas. Ademais, auxilia na promoção de discussões com o propósito de alinhamento das normas contábeis. (VICECONTI E NEVES, 2012, p. 34)

Quanto aos pronunciamentos técnicos elaborados até a presente data, somam-se 42 CPCs. Todos possuem sua Resolução do CFC correspondente e sua maioria apresenta a Deliberação da CVM correlata. Salienta-se que ainda existem pronunciamentos a serem aprovados, uma vez que os mesmos são traduções adaptadas das normas internacionais para as brasileiras.

O quadro 3 exprime a Deliberação do CVM e Resolução do CFC referentes ao CPC 12, matéria do presente estudo:

Quadro 3: CPC 12: Pronunciamento Editado pelo CPC e Aprovado pela CVM e pelo CFC

CPC Nº	DELIBERAÇÃO CVM Nº	RESOLUÇÃO CFC Nº	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
12	564, de 2008	1.151, de 2009	Ajustes a Valor Presente

Fonte: Adaptado de Viceconti e Neves (2012, p. 35).

Infere-se, alusivo ao quadro 3, a imposição quanto a utilização do CPC 12 sucedeu-se somente em 2009 pelas normas contábeis brasileiras. Uma vez que, o CFC constitui-se como órgão regulador das mesmas. As Deliberações do CVM e Resoluções do CFC pertinentes aos outros CPCs situam-se em anexo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC compõe-se de seis instituições com o intuito de estudar, preparar e emitir os pronunciamentos técnicos. Os CPCs correlacionam-se com as Normas Brasileiras de Contabilidade, regulamentadoras dos pronunciamentos. Os pronunciamentos técnicos conduzem as operações com o propósito de manifestar de maneira correta as informações contábeis. Além dos CPCs, aplicam-se as características qualitativas da contabilidade com o mesmo intento.

2.1.7 Características Qualitativas das Informações Contábeis

As demonstrações contábeis de uma empresa devem ser relevantes aos seus usuários em suas avaliações e tomadas de decisões. Com esse objetivo, designam-se características qualitativas das informações contábeis aos demonstrativos. Atentam-se para essas, segundo Quadro 4:

Quadro 4: Características Qualitativas das Informações Contábeis Conforme os CPCs

Característica	Aplicação
Compreensibilidade	Fundamenta-se no objetivo do pronto entendimento por parte do usuário.
Relevância	É relevante tudo que pode influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.
Confiabilidade	Exige que a informação seja apresentada da forma mais apropriada possível, retratando adequadamente o que se pretende evidenciar.
Comparabilidade	Trata-se de característica que permite a melhor visão da evolução da entidade medida sob os mesmos critérios e princípios ao longo do tempo.

(continua)

(conclusão)

Materialidade	É material se sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários.
Neutralidade	A informação deve ser imparcial, neutra.
Prudência	Consiste num certo grau de precaução das demonstrações contábeis.
Primazia da Essência sobre a Forma	Complementa a característica da Confiabilidade; as transações e eventos devem ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica, e não meramente sua forma legal

Fonte: Elaborado pela Autora (2014).

Consoante o Quadro 4, inferem-se as oito características qualitativas presentes nos CPCs: 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 12 – Ajustes a Valor Presente e 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As características complementam umas as outras, conseqüentemente, a relevância de todas é imprescindível para a informação contábil.

Atentando-se às características, em 2009 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução nº1157, a qual aprovava o Comunicado Técnico CTG 02- Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008. O CFC tinha como objetivo, segundo a própria resolução (p. 03),

[...] de dar transparência à sua posição em alguns assuntos que têm, pelo que chega a seu conhecimento, provocado dúvidas junto a profissionais de contabilidade, administradores de empresas, auditores independentes, analistas, investidores, credores, etc., vem a público esclarecer e também salientar alguns pontos quanto às suas normas emitidas até este momento.

Essa resolução auxiliou em outros diversos pontos controversos os quais traziam dúvidas aos usuários de demonstrativos econômicos - financeiros das entidades. A fim de apresentar informações contábeis acuradas, faz-se uso de características qualitativas presentes nos CPCs, dentre eles, o pronunciamento desenvolvido no presente estudo, o Pronunciamento Técnico CPC 12.

2.2 VALOR PRESENTE

A diligência pela convergência contábil motivou a constituição de pronunciamentos técnicos responsáveis pela tradução e interpretação das normas internacionais para as brasileiras. Dentre os pronunciamentos já criados, apresenta-se o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.

O CPC 12 foi introduzido oficialmente no meio contábil pela Lei nº 11.638/2007, por meio do seu art. 183, inc. VIII, o qual considera que “os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”. Essa lei tem por objetivo, segundo Azevedo (2010, p. 286), “corrigir a questão dos juros embutidos nas transações de venda ou compra a prazo, pois a empresa não estava destacando contabilmente os valores das despesas e receitas financeiras incluídas nessas transações”.

O ajuste a valor presente constitui-se de alterações em ativos e passivos monetários. Essas modificações ocorrem conforme o valor do dinheiro no tempo. Presumindo-se uma taxa de juros de mercado condizente com a modificação do dinheiro no tempo, é possível orçar recebimentos e pagamentos consoantes ao valor atual desse fluxo de caixa futuro. (VICECONTI E NEVES, 2012, p. 331)

Conforme Gitman (2004, p. 137), o valor presente é:

[...] um valor monetário corrente de uma quantia futura – a quantia que precisaria ser aplicada hoje, a certa taxa de juros, por um período determinado, para igualar a quantia futura. Esse valor depende, em grande parte, das oportunidades de investimento e do momento no qual a quantia será recebida.

De acordo com o CPC 12, a aplicação do ajuste a valor presente auxilia para o acréscimo de informações a contabilidade. Permite analisar erros cometidos anteriormente e melhorar o reconhecimento de eventos presentes. Com o advento do ajuste, existe a possibilidade de obtenção de demonstrativos contábeis com maior grau de relevância para a entidade.

Azevedo (2010, p. 287) complementa que,

os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeitos relevantes¹², deverão ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

De acordo com a Lei 6.404/1976, é considerado de longo prazo todo fato contábil que ocorre em período superior a um ano, ou seja, seu ciclo operacional é após o exercício social seguinte. (Marques, 2004, p. 227)

O ajuste a valor presente, um conceito relativamente novo para a contabilidade brasileira, configura-se de alterações em ativos e passivos de longo prazo com o intuito de adequá-los à realidade. Uma vez que visa refletir nas demonstrações contábeis resultados fidedignos aos que constam na realidade.

2.2.1 Cálculo do Ajuste a Valor Presente

O CPC 12 discorre sobre o ajuste de ativos e passivos, usualmente de longo prazo, a valor presente, com o intuito de expressar com veracidade os demonstrativos contábeis. Para isso, realizam-se operações referentes ao ajuste.

Quanto ao cálculo do Valor Presente, Schnabel (2009, p. 21) indaga que,

se será recebido em n períodos um determinado valor, quanto este valor vale na data presente? Existe a oportunidade de receber certo rendimento desse dinheiro no seu futuro e por isso o mesmo tem que ser descontado a valor presente na data de preparação das demonstrações contábeis, considerando usar o seu julgamento profissional com determinada subjetividade responsável.

Viceconti e Neves (2012, p.331) explicam que “o valor presente [...] é obtido descontando-se o valor futuro das entradas ou saídas de caixa pela taxa de juros de mercado”. Para que se efetue o cálculo do valor presente (VP) aplica-se a seguinte fórmula, de acordo com o Quadro 5 :

¹² Existe uma discussão sobre qual o sentido da palavra relevante em termos contábeis. Por via de regra adota-se como relevante algum valor que cause mudanças consideráveis nas demonstrações contábeis.

Quadro 5: Fórmula do Valor Presente

Fórmula	Siglas
$VP = VF_n * (1+i)^{-n}$	VP= Valor Presente
	VF= Valor Futuro
	i = Taxa de Juros
	n = Tempo

Fonte: Adaptado de Gitman (2005, p. 138).

Pertinente aos propósitos do cálculo do ajuste a valor presente assevera-se a relevância da obtenção de valores fidedignos à época da operação, e não somente a eliminação de juros embutidos referentes a rendimentos ou encargos. (AZEVEDO, 2010, p. 288)

O cálculo do ajuste a valor presente desempenha a incumbência de prover resultados genuínos concernentes aos valores anteriores à atribuição de juros. Para isso, aplica-se a fórmula do ajuste para a avaliação. Busca-se a relevância na realização do ajuste pelas entidades que prezam por demonstrativos contábeis adequados às normas contábeis.

2.2.2 Obrigatoriedade do Ajuste a Valor Presente

A partir da Lei nº 11.638/2007, a qual modificou alguns pontos da Lei nº 6.404/1976, designa-se quais tipos de empresas deverão utilizar-se do ajuste a valor presente. Azevedo (2010, p. 287) elucida que “alcança as Sociedades de Capital Aberto, Capital Fechado e as Sociedades de Grande Porte (Ltda.) a obrigatoriedade de ajustar a valor presente os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo.”

Em concordância com Fulgêncio (2006, p. 611), sociedades de capital aberto e de capital fechado são respectivamente “aquelas cujas ações se encontram distribuídas entre um grande número de acionistas, consoante determinações legais específicas” e “sociedade anônima¹³ com propriedade restrita”.

A Lei 11.638/07 desenvolve no art. 3º, parágrafo único que,

¹³Fulgêncio (2006, p. 611) afirma que é a “espécie mais utilizada nos casos de grandes empresas, onde o capital se encontra dividido em ações e cada acionista é responsável apenas pelo preço de emissão de suas próprias ações.”

considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Quanto às “Pequenas e Médias Empresas”, apesar da ausência de uma seção que as represente especificamente, a Resolução do CFC nº 1.255/2009, aprovou a Norma Técnica NBC T 19.41, acrescentando-se a obrigatoriedade do cálculo de ajuste a valor presente nas seções 11.13 e 17.13. (AZEVEDO, 2010, p. 287)

A despeito da escolha de utilizar-se ou não dos cálculos de ajuste a valor presente, compreende-se que sociedades de capital aberto, capital fechado, de grande porte e pequenas e médias empresas são obrigadas a fazerem o ajuste.

2.2.3 Valor Presente x Valor Justo

Classifica-se o ajuste a valor presente como a alteração de valores de ativos e passivos de longo prazo, usualmente, com o propósito de discernir seus montantes iniciais de juros embutidos nas operações. Ainda, relacionado a ativos manifesta-se o conceito de valor justo.

Observa-se que a aplicação do ajuste a valor presente ao ativo e ao passivo, os mesmos nem sempre são equivalentes a seu valor justo. (Azevedo, 2010, p.289)

Consoante ao anexo do CPC 12, o qual tem por objetivo instruir os usuários do pronunciamento, o conceito de “valor justo”(*fair value*) e valor presente são:

valor justo (*fair value*) - é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
valor presente (*presente value*) - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.

Para distingui-los, o anexo do CPC 12 fundamenta:

AVP: tem como objetivo efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Esse fluxo de caixa pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos (ou montante equivalente; por exemplo, créditos que diminuam a saída de caixa futuro seriam equivalentes

a ingressos de recursos). Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados), data do referido fluxo financeiro e taxa de desconto aplicável à transação.

valor justo: tem como primeiro objetivo demonstrar o valor de mercado de determinado ativo ou passivo; na impossibilidade disso, demonstrar o provável valor que seria o de mercado por comparação a outros ativos ou passivos que tenham valor de mercado; na impossibilidade dessa alternativa também, demonstrar o provável valor que seria o de mercado por utilização do ajuste a valor presente dos valores estimados futuros de fluxos de caixa vinculados a esse ativo ou passivo; finalmente, na impossibilidade dessas alternativas, pela utilização de fórmulas econométricas reconhecidas pelo mercado.

É possível perceber que em certas ocasiões o ajuste a valor presente e o valor justo coincidem. Porém, há a oportunidade de diferencia-los sabendo-se que os critérios e características do valor presente determinam-se durante o reconhecimento inicial. (SCHNABEL, 2009, p. 09)

Estabelece-se que valor presente e valor justo são conceitos diferentes e devem ser tratados distintamente em suas aplicações nos demonstrativos contábeis. Todavia, existem circunstâncias em que esses dois termos assemelham-se.

2.2.4 Contas Sujeitas ao Ajuste ao Valor Presente

Para classificar as contas as quais são sujeitas ao ajuste ao valor presente, deve-se retornar ao conceito de longo prazo, ou seja, trata-se de transações realizáveis (ativo) e exigíveis (passivo).

As contas submetidas ao AVP, segundo Azevedo (2010, p. 290) são:

- a) Do Ativo: os direitos classificados “No Realizável a Longo Prazo” e os demais direitos classificados no Ativo Circulante *somente quando houver efeito relevante*;
- b) Do Passivo: as obrigações classificadas no “Passivo Não Circulante” e as demais obrigações classificadas no Passivo Circulante *somente quando houver efeito relevante*.

Quanto aos ativos e passivos monetários¹⁴ com juros implícitos ou explícitos embutidos, o CPC 12 especifica que, “devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (*fair value*).”

A fim de acrescentar informações, Azevedo (2010, p. 291) dispõe que,

¹⁴ São ativos e passivos monetários: contas disponibilidades, direitos e obrigações a serem liquidados com disponibilidades.

[...] quando aplicável, o custo de ativos não monetários (estoques, imobilizado, intangível, etc.) deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subsequentes no que respeita à figura de juros embutidos.

De acordo com o CPC 12, nos itens 09 e 10, nem todos ativos ou passivos não monetários encontram-se passíveis de ajuste a valor presente. Dentre os itens não ajustáveis citam-se: “Adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços” e “Imposto de Renda Diferido Ativo e do Imposto de Renda Diferido Passivo”.

Azevedo(2010, p.291) acrescenta dois outros itens às contas suscetíveis ao ajuste: o primeiro deles são itens sujeitos a atualização monetária, no qual deve ser aplicado o AVP, tais quais valores a receber e a pagar:

Índices de preços ou inflacionários podem ser alguns componentes de uma taxa de encargos, mas não podem ser confundidos com taxas reais de juros. Obviamente, para cálculo e determinação do valor presente para os ativos e os passivos indexados somente a índices inflacionários, a taxa de juros a ser considerada deve ser a taxa real (expurgados então, da taxa nominal, os efeitos dessas variações de preços).

O segundo item, ainda, conforme Azevedo (2010, p. 291), é o esclarecimento de que financiamentos do BNDES, contratados com taxas de juros diferentes das taxas praticadas pelo mercado em geral para outras modalidades de empréstimos não estão sujeitos ao AVP.

O ajuste a valor presente pode ser efetuado em contas de ativos e passivos de longo prazo. Todavia, abrem-se exceções aos realizáveis e exigíveis de curto prazo cujos valores apresentem relevância à sociedade. Aos cálculos do ajuste aplicar-se-ão taxas de juros definidas previamente a mensuração inicial.

2.2.5 Taxas de juros a serem utilizadas no cálculo do valor presente

Utiliza-se o CPC 12 para alterar os valores de ativos e passivos cujo registro tenha indispensabilidade do AVP. Quando da mensuração e registro inicial, adotam-se taxas de juros responsáveis pelo cálculo.

O CPC 12, em seu anexo, apura quanto a como deve ser definida a taxa de juros para fins de cálculo do ajuste a valor presente:

há operações cuja taxa de juros é explícita (por exemplo, descrita e conhecida no contrato da operação) ou implícita (por exemplo, desconhecida, mas embutida na precificação inicial da operação pela entidade no ato da compra ou da venda). Em ambos os casos, é necessário utilizar uma taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação entre partes conhecedoras do negócio, que tenham a intenção de efetuar a transação e em condições usuais de mercado.

Percebe-se que existem dois tipos de transações, uma em que a taxa de juros está explícita e outra a qual a taxa está implícita. É acrescentada a informação no anexo do CPC 12,

nos casos em que a taxa é explícita, o processo de avaliação passa por uma comparação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado, na data da origem da transação. Nos casos em que a taxa estiver implícita, é necessário estimar a taxa da transação, considerando as taxas de juros de mercado, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nos casos em que as partes afirmem que os valores à vista e a prazo são os mesmos, o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado. Por definição, valor presente “é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro”.

Com o propósito de se localizar a taxa de juros da operação, cita-se o exemplo de duas operações diferentes. A primeira, um empréstimo com taxa de juros prefixada de 2% ao mês, uma vez essa estabelecida, classifica-se a taxa como **explícita**. A segunda, venda de mercadoria com valor de R\$ 100,00 a unidade, todavia cedida ao comprador por R\$ 106,12 com prazo de pagamento de 90 dias. Visto que, o comprador não tem a taxa de juros estabelecida na compra, os juros considerar-se-ão **implícitos**. (VICECONTI E NEVES, 2012, p. 334)

Aplicam-se às operações de ajuste a valor presente taxas de juros explícitas ou implícitas. Essas taxas serão adotadas no momento da mensuração inicial do exercício.

2.2.6 Momento da Contabilização

Os ativos e passivos enquadrados no ajuste a valor presente deverão ser contabilizados conforme as características qualitativas da contabilidade, assim como quaisquer outras operações efetuadas na contabilidade. Quanto ao momento de

contabilização do ajuste, devem-se também observar esses aspectos com o objetivo de refletir a realidade nas demonstrações contábeis.

A mensuração contábil do ajuste a valor presente dá-se consoante o CPC 12:

determina-se que [...] seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. Apenas em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. É de se ressaltar que essas situações de nova medição de ativos e passivos são raras e são matéria para julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis [...]

A contabilização dar-se-á no momento inicial da operação ponderando-se as informações da operação, tais quais: valor, data, taxa de desconto aplicável e outras configurações. (AZEVEDO, 2010, p. 292)

Ainda quanto à contabilização, surge a dúvida em relação aos efeitos contábeis após o registro inicial da operação, o anexo da Resolução CFC nº 1.151/2009 explica que,

[...] (transcorridos meses ou anos depois da data inicial da transação). O presente Pronunciamento e as normas internacionais apresentam o método que deve ser utilizado para refletir tais efeitos; nas do IASB isso aparece em diversas normas (IAS 17 – *Leases*, IAS 18 – *Revenue* e IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, entre outros). Essas normas e este Pronunciamento preveem a adoção do método de taxa efetiva de juros no registro inicial da operação. Assim, os juros embutidos na operação (receita ou despesa financeira) devem ser contabilizados de acordo com a taxa efetiva de juros relacionada à transação.

Atenta-se que o ajuste a valor presente não é responsável por alterar o valor contratado entre as partes. Dessa forma, se anteriormente foi presumido um valor para uma determinada data, esse carece de estar contabilizado até a data designada.

2.2.7 Contabilizações do Ajuste a Valor Presente

A contabilização e apuração dos ajustes a valor presente são regulamentadas pela Resolução CFC nº 1.151/2009, o qual aprovou o CPC 12. Assim, Azevedo (2010, p. 295) afirma que,

como regra os valores transacionados em condições normais com instituições financeiras já estão a valor presente, não sendo necessário qualquer ajuste, desde que as apropriações dos respectivos rendimentos ou encargos financeiros venham sendo efetuados pela taxa efetiva de juros (juros compostos), ou seja, que se esteja praticando o “custo amortizado” (amortização dos juros a apropriar por competência). Os juros a incorrer estão registrados em conta específica. Os ajustes são, obviamente, obrigatórios quando as transações não mencionam quaisquer encargos financeiros, como em certas transações de imóveis, de participações societárias e outras em que só tem valores fixos e datas determinadas para a liquidação financeira.

A regra geral de como o registro contábil do ajuste a valor presente deve ser é prescrito na Resolução CFC nº 1.157/2009, a qual clarifica sobre as demonstrações contábeis, nos itens 103 a 106, como,

[...]103. E os ajustes são, obviamente, mandatórios quando as transações não mencionam quaisquer encargos financeiros, como em certas transações de imóveis, de participações societárias e outras em que só têm valores fixos e datas determinadas para a liquidação financeira.

104. A NBC TG 01 possui um apêndice que discute a fixação da taxa de desconto para esse cálculo, mas ela deve retratar as condições econômicas gerais vigentes na data original da transação, bem como as situações específicas da entidade devedora, especialmente seu risco. Fixada essa taxa na data original da contratação, ela não mais se modifica ao longo do tempo. Ajuste a Valor Presente não é sinônimo de Valor Justo; poderia sê-lo, mas apenas na data da contratação, já que as condições seguintes podem mudar; conseqüentemente, pode haver alterações nas taxas e no valor justo, mas não mais no valor presente de um recebível ou exigível.

105. A contrapartida de um ajuste a valor presente de um exigível pode ser a redução do custo do ativo adquirido (mesmo que parcialmente) com esse passivo, como no caso de compra de um estoque por um prazo anormal “sem juros”, ou de um imóvel sem explicitação de encargos financeiros, etc. Ou pode ser contrapartida direta em resultado no caso de serviços considerados como despesas; ou ainda como uma subvenção para investimento, etc. A contrapartida de um recebível pode ser a redução de uma receita de venda ou uma perda de forma direta.

106. Os ajustes a valor presente são normalmente contabilizados como contas retificadoras dos recebíveis e exigíveis e vão sendo alocados ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

Esclarece-se que a contabilização do ajuste a valor presente normalmente dá-se com contas retificadoras do Ativo Não Circulante e Passivo Não Circulante e as mesmas serão designadas como receitas ou despesas financeiras por meio do regime de competência.

2.2.8 Divulgação do Ajuste a Valor Presente

A contabilização do ajuste a valor presente, com suas devidas contas retificadoras, deve ser relatada ao usuário da informação contábil mediante notas explicativas. Assim, ao analisarem-se os demonstrativos contábeis da entidade, o leitor informa-se sobre o ajuste efetuado nas contas de ativo e passivo.

O CPC 12 elucida sobre as notas explicativas de que as mesmas contenham informações mínimas que concedam o entendimento aos usuários das demonstrações apresentadas, conforme os ajustes a valor presente realizados.

As informações apresentadas nas notas explicativas, ainda segundo o CPC 12, devem conter:

- (a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;
- (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos;
- (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou
- (f) nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- (g) outras informações consideradas relevantes.

As notas explicativas, portanto, atuam como uma informação complementar aos demonstrativos contábeis da sociedade. Por meio delas, explanam-se os esclarecimentos relevantes para o entendimento do ajuste a valor presente realizado nas contas de ativo e passivo.

Segundo o presente estudo, o ajuste a valor presente deve ser elaborado em ativos e passivos de longo prazo, todavia, caso seja de relevância para a entidade, ajustam-se operações de curto prazo também. A mensuração e contabilização do ajuste devem ser realizadas no momento inicial da operação, garantindo informações reais. Os cálculos do ajuste dar-se-ão conforme a fórmula do valor presente, especificada previamente. O CPC 12, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, tem como propósito adequar os demonstrativos

econômicos e financeiros das entidades às normas contábeis internacionais – IFRS. E, por conseguinte, conquistar uma contabilidade homogênea e representante da realidade das sociedades.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesse capítulo pretende-se apresentar a metodologia de pesquisa utilizada no estudo. Além disso, também compreende os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a seus objetivos, pode-se classificar essa pesquisa como descritiva. Reis (2008, p. 56) afirma que a pesquisa descritiva “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa”. Piccoli (2006, p. 128) explica que a “pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, sem manipulá-los.” Portanto, a pesquisa descritiva teve como principal objetivo: detectar o impacto patrimonial da adoção do CPC 12 em clientes e fornecedores de uma empresa do ramo metalúrgico.

Os procedimentos utilizados foram pesquisas bibliográficas com objetivo, de acordo com Gil (2007, p. 45), de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” Ainda, para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa classificam-se como investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

3.2 QUANTO À ABORDAGEM DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS

A pesquisa presente no estudo possui caráter qualitativo e quantitativo. O enfoque foi dado nas duas pesquisas, uma vez que se buscaram dados em estudos bibliográficos e houve uma análise posterior.

Para Minayo (2001, p. 22), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) estabelecem as características da pesquisa qualitativa, são elas:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Quanto a pesquisa quantitativa, na qual é centrada na objetividade, Fonseca (2002, p. 20) afirma que

influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

A pesquisa quantitativa e a qualitativa complementam-se para a realização do estudo. Enquanto utilizar apenas a qualitativa traria opiniões pessoais demais e prejudicaria a análise dos dados, utilizar somente a quantitativa traria frieza e falta de interação do autor do estudo para o leitor. Assim sendo, infere-se a relevância do uso das duas técnicas de estudo para a análise acurada.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A fim de adquirir os conhecimentos necessários para a análise proposta pelo estudo realizou-se o estudo de caso. Uma vez o assunto da análise especificado como as consequências da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 em clientes e fornecedores de uma empresa do ramo metalúrgico, efetuou-se o levantamento de dados necessários para a pesquisa, inicialmente.

A seguir, em posse dos documentos da empresa e outras informações relevantes (tais quais demonstrativos contábeis, contrato social da empresa e notas fiscais que comprovassem as operações relatadas no estudo) desenvolveu-se a proposta do tratamento contábil de clientes e fornecedores utilizando-se o CPC 12. Quanto aos demonstrativos da empresa, utilizaram-se os balanços patrimoniais da empresa do ano de 2013 e 2012, além do balanço patrimonial específico de dezembro de 2013. A pesquisa foi efetuada durante um período de 4 meses, de

fevereiro a maio de 2014. Por fim, efetuaram-se os comparativos quanto à aplicação do ajuste a valor presente.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, disserta-se, inicialmente, sobre a empresa a ser analisada. Após, são feitos os cálculos referentes ao CPC 12-Ajuste a Valor Presente em algumas contas da entidade. Por fim, ocorre a análise entre o balanço patrimonial com os cálculos efetuados e sem os mesmos.

4.1 A EMPRESA

O estudo de caso a seguir foi realizado em uma empresa do ramo metalúrgico, cujo nome fictício utilizado será “YML Metalurgia Ltda”. A entidade atua, especificamente, na manufatura de transportadores para a movimentação de grânéis sólidos, de mesas transportadoras e seus componentes.

Com atuação no mercado há mais de cinco anos, a empresa conta com um quadro funcional constituído por diretoria e os setores: administrativo, de compras, de projetos em engenharia e de produção. A contabilidade da empresa é terceirizada, logo, não faz parte do organograma da empresa.

Quando aos produtos da YML, citam-se rolos, cavaletes, tambores e correias transportadoras, que são aplicados nos mais variados setores, a exemplo: mineração, cimenteiro, petroquímico, ferroviário, fertilizantes, agronegócios, portuário, papel e celulose, usinagem e metalúrgica em geral.

A YML Metalurgia é composta por dois sócios de igual participação societária na empresa:

Quadro 6: Participação Societária da Empresa YML Metalurgia

Sócio	Participação no Capital Social
Sócio A	50% do Capital Social
Sócio B	50% do Capital Social

Fonte: Elaborado pela Autora (2014).

A opção quanto a apuração do lucro da empresa é pelo Lucro Presumido, sendo seu faturamento anual de R\$10 milhões.

4.1.1 Clientes e Fornecedores

A empresa YML Metalurgia Ltda conta com uma carteira de mais de 150 (cento e cinquenta) clientes, sendo estes cerca de 70% que possuem fidelidade a entidade. Em relação a fornecedores, estima-se cerca de 250 (duzentos e cinquenta), os quais a empresa mantém-se exclusiva a 60%, aproximadamente.

Seus clientes são constituídos, como mencionado anteriormente, por empresas do setor de mineração, cimenteiro, entre outros. E os fornecedores são os mais variados, desde transportadoras responsáveis por conduzir a matéria prima para a entidade até hotéis que garantem a hospedagem dos vendedores dos produtos.

Para fins desse estudo, serão utilizados três clientes e fornecedores com operações de longo prazo e dois clientes e fornecedores com operações de curto prazo da empresa que tiveram suas operações de compra e venda dada em dezembro de 2013. Os clientes e fornecedores com operações de curto prazo terão funções diferentes no presente estudo, já que, um deles, será ajustado a valor presente, e o outro, não poderá ser ajustado. Dessa forma, pode-se demonstrar como classificar o cliente e fornecedor quanto a relevância do seu valor para o cálculo do AVP.

Quadro 7: Clientes de Curto e Longo Prazo da Empresa YML Metalurgia

Clientes	2013
Cliente A	450.000,00 (longo prazo)
Cliente B	19.500,00 (curto prazo)
Cliente C	300.000,00 (longo prazo)
Cliente D	20.000,00 (curto prazo)
Cliente E	150.000,00 (curto prazo)

Fonte: Elaborado pela Autora (2014).

Quadro 8: Fornecedores de Curto e Longo Prazo da Empresa YML Metalurgia

Fornecedores	2013
Fornecedor A	500.000,00 (longo prazo)
Fornecedor B	420.000,00 (longo prazo)
Fornecedor C	300.000,00 (curto prazo)
Fornecedor D	32,000,00 (curto prazo)
Fornecedor E	180,000,00 (curto prazo)

Fonte: Elaborado pela Autora (2014).

Por meio dos quadros de clientes e fornecedores foram exemplificadas as operações efetuadas pela empresa durante o ano de 2013. Essas operações encontram-se sem a aplicação do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

4.1.2 Relevância dos clientes e fornecedores de curto prazo

O ajuste a valor presente possibilita que não somente contas de longo prazo sejam ajustadas, mas também as de curto prazo, desde que tenham relevância para o resultado final. Todavia, deve-se estabelecer anteriormente ao registro da compra ou venda, por exemplo, quando se tratarem de clientes e fornecedores, um padrão para que se possam determinar quais operações de curto prazo tem importância para a empresa.

A escolha de quais clientes e fornecedores de curto prazo será relevante envolve um estudo das compras e vendas à prazo da empresa, a fim de identificar se será válido o ajuste ou não. A empresa YML Metalurgia Ltda aplicou o ajuste a valor presente, conforme especificado no CPC 12, de forma a comparar o efeito em ativos e passivos antes e depois da aplicação. Após esse procedimento, exemplificam-se as condições para contabilização das Contas a Receber e a Pagar encontram-se no Quadro 6:

Quadro 9: Condições para Contabilização de Clientes e Fornecedores de Curto Prazo da Empresa YML Metalurgia

Prazo x Valor	Menor que R\$ 20.000,00	Igual ou Maior que R\$ 20.000,00
Menor que 90 dias	Não Ajusta	Não Ajusta
Igual ou Maior que 90 dias	Não Ajusta	Ajusta

Fonte: Elaborado pela Autora (2014)

De acordo com os critérios acordados, verifica-se que somente as compras e vendas acima de R\$ 20.000,00 e com prazo de pagamento maior que 90 dias serão contabilizados com o ajuste a valor presente.

4.1.3 Taxa de juros praticados pela Empresa YML Metalurgia Ltda

A taxa de juros utilizada pela empresa YML Metalurgia Ltda foi elaborada após um estudo quanto aos recebimentos dos clientes da empresa. Analisaram-se diversos fatores tais quais: assiduidade de pagamento, fidelidade de clientes e valor das compras. Depois de efetuada a análise, foi aplicada a política de juros praticados pela empresa atualmente.

A tabela 1 foi concebida após a avaliação da empresa:

Tabela 1: Taxa de Juros da Empresa YML Metalurgia

Taxa de Juros	Pagamentos	Valor de Compras	Fidelidade
1,5% ao mês	Em dia	Acima de R\$ 200,000,00	Cliente há mais de um ano
2% ao mês	Com atraso	Entre R\$ 100,000,00 e R\$ 200,000,00	Cliente há seis meses
2,5% ao mês	-	Entre R\$ 20,000,00 e R\$ 100.000,00	Cliente novo

Fonte: Elaborado pela Autora (2014).

A taxa de juros escolhida difere em relação a cada cliente e sua situação. Como exposto no quadro, as taxas foram determinadas de forma a privilegiar os clientes que pagam em dia, fazem compras de vultosos montantes e que tem fidelidade a empresa. Como critério mais importante para a escolha da taxa de juros, porém, classificam-se os valores das compras. Quanto a essas taxas foram praticadas em todas as compras dos clientes apresentados no presente trabalho.

4.2 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE CLIENTES E FORNECEDORES

A sociedade apresentava um balanço patrimonial sem o ajuste a valor presente nas contas a receber e a pagar de longo prazo, por conseguinte, seu registro não estava condizente com a legislação vigente. A qual especifica que todos

os registros contábeis devem respeitar as características e princípios contábeis. Por conseguinte, esses registros foram esclarecidos para maior entendimento e ajustados a fim de adequarem-se a legislação.

Deve-se recordar que para que o ajuste ocorra, aplicam-se contas retificadoras: juros a apropriar ou encargos/receitas financeiros a transcorrer, para que não se alterem os valores originais.

4.2.1 Clientes da Empresa YML Metalurgia Ltda

O ajuste a valor presente de clientes de uma entidade dá-se conforme as diretrizes definidas. É necessário que o cliente tenha relevância para a entidade, essa estabelecida anteriormente. A relevância aplica-se segundo duas regras: a) requer-se que a operação a ser contabilizada tenha o prazo e, b) valor indispensáveis para sua contabilização.

Consoante às normas de relevância da sociedade, o Quadro 6 classifica seus clientes com o propósito de separá-los para a contabilização posteriormente.

Quadro 10 - Diretriz do Ajuste a Valor Presente de Clientes da Empresa YML Metalurgia

Clientes	Valor da Operação	Prazo de Pagamento em Meses	Ajuste
Cliente A	R\$ 450.000,00	24	SIM
Cliente B	R\$ 19.500,00	4	NÃO
Cliente C	R\$ 300.000,00	60	SIM
Cliente D	R\$ 20.000,00	6	SIM
Cliente E	R\$ 150.000,00	2	NÃO

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Verifica-se que, somente os clientes B e E diferem-se em suas operações. De acordo com os preceitos de relevância estabelecidos pela sociedade, os clientes supracitados não podem ser contabilizados utilizando-se o ajuste a valor presente. O cliente B possui um período compatível ao referenciado nas condições da entidade, porém não compreende o valor necessário de R\$ 20.000,00. Já o cliente E, apesar do montante adequado, R\$ 150.000,00, não se adequa ao prazo de pagamento estabelecido de três meses. Dessa forma, ambos os clientes não tem possibilidade de serem ajustados a valor presente por serem irrelevantes a empresa.

Quanto aos clientes A, C e D, devem-se fazer a apuração do valor presente de suas operações para a contabilização posterior. O cálculo a ser

desenvolvido dá-se conforme exposto na fundamentação teórica. A tabela 2 apresenta o valor presente calculado no momento do reconhecimento e o valor presente mensal a ser apropriado:

Tabela 2: Apuração do Valor Presente dos Clientes da Empresa YML Metalurgia

Cientes	Valor da Operação	Prazo em meses	Taxa de Juros	Valor Presente	Valor Presente Mensal a Apropriar
Cliente A	R\$ 450.000,00	24	1,50%	R\$ 314.794,76	R\$ 5.633,55 ¹⁵
Cliente C	R\$ 300.000,00	60	1,50%	R\$196.901,34	R\$ 1.718,31
Cliente D	R\$ 20.000,00	6	2,50%	R\$17.245,94	R\$ 459,01

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Após efetuadas as devidas apurações, reitera-se que, segundo o CPC 12, a contabilização do ajuste, assim como a apuração do valor presente já deve ser efetuada no reconhecimento inicial dos ativos e passivos. Para fins explicativos, explana-se a contabilização da compra do cliente A, do registro do ajuste a valor presente e da sua apropriação mensal. Em dezembro de 2013, o referido cliente efetuou sua compra com pagamento para 24 meses e taxa de juros de 1,5%.

Relembra-se que os cálculos dos clientes C e D sucedem-se da mesma forma, apenas alterando os valores das operações. A contabilização da venda dar-se-á:

valor futuro (VF): 450.000,00

taxa de juros (i): 1,5%

tempo (n): 24

valor presente (VP): 314.794,76

D- Contas a Receber a Curto Prazo (Ativo Circulante)- 225.000,00

D- Contas a Receber a Longo Prazo (Ativo não Circulante) – R\$ 225.000,00

C- Receita Bruta de Vendas – R\$ 450.000,00

Faz-se necessário o registro do ajuste a valor presente no momento em que a venda é realizada:

D- Receita Bruta de Vendas –135.205,24¹⁶

¹⁵ Os valores utilizados como “Valor Presente Mensal a Apropriar” consistem na média dos valores a serem apropriados, já que esse cálculo deve ser efetuado periodicamente.

¹⁶ Valor obtido por meio do cálculo do VF 450.000,00 – VP 314.794,76 = 135.205,24

C- A.V.P. – Receita Financeira Comercial a Apropriar (Redutora das Contas a Receber de Curto Prazo) – 67.602,62

C- A.V.P. – Receita Financeira Comercial a Apropriar (Redutora das Contas a Receber de Longo Prazo) – 67.602,62

Quanto a Receita Financeira Comercial a Apropriar, a mesma deve ser reconhecida mensalmente, no resultado do período, com a mesma taxa de juros utilizada anteriormente. Essa receita não deve ser apropriada linearmente, e sim a cada mês. Dessa forma, calcula-se para o segundo mês o valor presente das contas a receber será de R\$ 319.516,68, uma vez que 1,5% sobre o saldo líquido anterior de R\$ 314.794,76 = R\$ 4.721,92. Os registros contábeis do primeiro mês serão:

D- A.V.P. – Receita Financeira Comercial a Apropriar (ANC) – R\$ 4.721,92

C- Receita Financeira Comercial (RE) - R\$ 4.721,92

A contabilização do ajuste a valor presente, como mencionado acima, deve dar-se todos os meses da mesma forma que foi efetuada no primeiro mês. Reitera-se que as contabilizações dos clientes C e E dar-se-ão conforme efetuado ao cliente A, visto que a maneira de registrar as operações não se modifica.

4.2.2 Fornecedores da Empresa YML Metalurgia Ltda

Os registros dos fornecedores da Empresa YML Metalurgia Ltda sucedem-se do mesmo modo que os clientes dessa entidade. As diretrizes empregadas aos clientes também o serão aos fornecedores. Por isso, fornecedores de curto prazo deverão ser ajustados como os de longo prazo, desde que cumpram as devidas normas.

O quadro 6 distingue os fornecedores da sociedade de acordo com a sua relevância. Separando os fornecedores que serão ajustados a valor presente e os que não serão devido às diretrizes estabelecidas.

Quadro 11 - Diretriz do Ajuste a Valor Presente de Fornecedores da Empresa YML Metalurgia

Fornecedores	Valor da Operação	Prazo de Pagamento em Meses	Ajuste
Fornecedor A	R\$ 500.000,00	60	SIM
Fornecedor B	R\$ 420.000,00	18	SIM
Fornecedor C	R\$ 12.000,00	2,5	NÃO
Fornecedor D	R\$ 32.000,00	4	SIM
Fornecedor E	R\$ 180.000,00	1,5	NÃO

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Consoante à tabela 5, contemplam-se que os fornecedores C e E não serão ajustados a valor presente. Já que, ambos não cumprem as diretrizes de relevância para o AVP da entidade. O fornecedor C possui prazo e valor inferiores aos necessários para o ajuste, segundo as diretrizes, com R\$ 12.000,00 a serem pagos em dois meses e meio. Já o fornecedor E, afora o montante da operação, R\$ 180.000,00, possui período de pagamento menor do que o estabelecido pela empresa.

Os fornecedores restantes, A, B e D, precisam ser ajustados, visto que se sujeitam às diretrizes aprovadas pela sociedade. A tabela 3 exhibe os valores presentes das compras dos fornecedores e a média de seus ajustes mensais a serem apropriados ao resultado:

Tabela 3: Apuração do Valor Presente dos Fornecedores da Empresa YML Metalurgia

Fornecedores	Valor da Operação	Prazo	Taxa de Juros ao Mês	Valor Presente	Valor Presente Mensal a Apropriar
Fornecedor A	R\$ 500.000,00	60	0,95%	R\$ 283.524,51	R\$ 3.607,93 ¹⁷
Fornecedor B	R\$ 420.000,00	18	1,8%	R\$ 304.641,65	R\$ 6.408,79
Fornecedor D	R\$ 32.000,00	4	3%	R\$ 28.431,59	R\$ 892,10

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

As taxas de juros das operações com fornecedores foram fornecidas pelos mesmos, em suas notas fiscais. Assim como o registro de clientes, uma vez encontrados os valores que devem ser contabilizados, recorda-se que as operações de venda e apropriações do ajuste a valor presente têm seu lançamento no

¹⁷ Conforme efetivado nos clientes da Empresa YML Metalurgia Ltda os valores de “Valor Presente Mensal a Apropriar” constituem-se de uma média dos montantes a serem apropriados, já que os mesmos dão-se por meio de cálculos periódicos.

reconhecimento inicial do exercício. A contabilização do fornecedor A exemplifica as demais operações dos outros fornecedores, dado que são similares umas às outras. A YML comprou uma máquina à prazo do referido fornecedor em 60 meses. A taxa de juros aplicada foi de 0,95% ao mês. Com a finalidade de registrar contabilmente essa operação, apresenta-se da seguinte forma:

valor futuro (VF): 500.000,00
taxa de juros (i): 0,95%
tempo (n): 60
valor presente (VP): 283.524,51

D- Máquinas(pelo valor presente, no Ativo não Circulante) – 283.524,51
D- Encargos financeiros a transcorrer (reduzora do passivo circulante) – 43.295,10
D-Encargos financeiros a transcorrer (reduzora do passivo não circulante) –
173.180,39
C- Contas a Pagar (Passivo Circulante) – 100.000,00
C- Contas a Pagar (Passivo não Circulante) – 400.000,00

Logo a seguir, a empresa efetua o registro de apropriação dos encargos financeiros. Os mesmos devem ser computados mês a mês e não linearmente. À vista disso, para se determinar o valor do primeiro mês, emprega-se a taxa de juros de 0,95% sobre o valor presente de R\$ 283.524,51, resultando em R\$ 2.693,48:

D- Encargos Financeiros (DRE) – 2.693,48
C-Encargos financeiros a transcorrer (reduzora do passivo circulante) - 2.693,48

Já no mês seguinte, adiciona-se o resultado anterior ao VP (283.524,51 + 2.693,48 = 286.217,99) e após, aplica-se a devida taxa de juros a soma. O cálculo deve ser efetuado a cada mês da mesma forma até o final da operação.

A fim de exemplificar de forma mais clara como ficaria o saldo do Passivo Circulante e Não Circulante, após o registro do ajuste a valor presente, pode-se verificar abaixo o mesmo:

Passivo Circulante	
Contas a Pagar	R\$ 100.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer	<u>R\$ (43.295,10)</u>

Saldo no Passivo Circulante R\$ 56.704,90

Passivo Não Circulante

Contas a Pagar R\$ 400.000,00

Encargos Financeiros a Transcorrer R\$ (173.180,39)

Saldo no Passivo Não Circulante R\$ 226.819,61

Como registrado, é por meio do ajuste a valor presente que os juros embutidos no valor da venda são retirados e as compras a pagar são registradas pelo seu valor líquido. Pode-se inferir que permanece o valor nominal da compra, uma vez que o saldo da conta retificadora aumentará conforme o tempo até que seja zerada no vencimento.

4.3 ANÁLISES DOS AJUSTES A VALOR PRESENTE DE CLIENTES E FORNECEDORES DA EMPRESA YML METALURGIA LTDA

No presente estudo, aplicaram-se nos clientes e fornecedores da empresa YML Metalurgia o ajuste a valor presente, consoante ao Pronunciamento Contábil CPC 12. Elaborando-se um comparativo referente às divergências entre as “Contas a Receber” e “Contas a Pagar” com e sem a aplicação da referida norma. O Quadro 12 expõe essas discrepâncias:

Quadro 12: Comparativo Contas a Receber: Antes do CPC 12 x Depois do CPC 12

Contas A Receber	Valor Contábil (Antes)	Valor Contábil (Depois)	Variação
Cliente A	450.000,00	314.794,76	135.205,24
Cliente C	300.000,00	196.901,34	103.098,66
Cliente D	20.000,00	17.245,94	2.754,06
Total	770.000,00	528.942,04	241.057,96

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Evidencia-se a variação entre a aplicação ou não do ajuste a valor presente às contas de clientes da entidade. O montante dessa variação, de R\$ 241.057,96, modifica os demonstrativos contábeis da sociedade. Quanto às alterações após o emprego do AVP à conta contábil destaca-se que: os valores contábeis eram maiores antes da aplicação do ajuste a valor presente. Com o

ajuste, as contas retificadoras distribuíram os juros da operação em “Receita Financeira Comercial a Apropriar”, gerando a variação anterior.

Os fornecedores da empresa YML Metalurgia, alocados na conta “Contas a Pagar” da entidade, também passaram por alterações em seus resultados. O Quadro 13 assevera a variação entre esses valores:

Quadro 13: Comparativo Contas a Pagar: Antes do CPC 12 x Depois do CPC 12

Contas a Pagar	Valor Contábil (Antes)	Valor Contábil (Depois)	Variação
Fornecedor A	500.000,00	283.524,51	216.475,49
Fornecedor B	420.000,00	304.641,65	115.358,35
Fornecedor D	32.000,00	28.431,59	3.568,41
Total	952.000,00	616.597,75	335.402,25

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Consoante ao CPC 12 preparou-se o comparativo dos valores contábeis antes e depois do ajuste a valor presente. A variação exibida na tabela 8, de R\$ 335.402,25, modifica os valores da conta “Contas a Pagar”. Os valores anteriores às alterações eram cerca de 35% superiores aos montantes após a variação. Os juros embutidos na operação, a variação supracitada, foram alocados para a conta “Encargos financeiros a transcorrer”.

Com o intuito de asseverar as discrepâncias entre as contas de ativo e passivo que empregam o ajuste a valor presente e as que não empregam, exhibe-se o Quadro 14. Esse quadro apresenta um excerto do balanço patrimonial de dezembro de 2013 da Empresa YML Metalurgia referente às aplicações do AVP nas contas patrimoniais de ativo e passivo.

Quadro 14: Excerto do Ativo do Balanço Patrimonial da Empresa YML Metalurgia

Ativo	2013 (com ajuste)	2013 (sem ajuste)	Variação
Ativo Circulante	383.523,59	474.500,00	90.976,41
Contas a Receber em Curto Prazo	474.500,00	474.500,00	-
Cliente A	225.000,00	225.000,00	-
Cliente B	19.500,00	19.500,00	-
Cliente C	60.000,00	60.000,00	-
Cliente D	20.000,00	20.000,00	-
Cliente E	150.000,00	150.000,00	-
Receita Financeira Comercial A Apropriara Curto Prazo	90976,41	-	90.976,41
Saldo em Contas a Receber em Curto Prazo	383.523,59	474.500,00	90.976,41
Ativo não Circulante	314.918,46	465.000,00	150.081,54
Contas a Receber em Longo Prazo	465.000,00	465.000,00	-
Cliente A	225.000,00	225.000,00	-
Cliente C	240.000,00	240.000,00	-
Receita Financeira Comercial A Apropriara Longo Prazo	150.081,54	-	150.081,54
Saldo em Contas a Receber em Longo Prazo	314.918,46	465.000,00	150.081,54
Total do Ativo	698.442,05	939.500,00	241.057,96

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Quanto às discrepâncias no balanço, cita-se:

- O excerto do ativo pertencente ao balanço de 2013 da Empresa YML Metalurgia Ltda exemplificou as variações nos totais das contas: Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Ativo Total, Contas a Receber em Curto Prazo e Contas a Receber em Longo Prazo.
- Constata-se, por intermédio do balanço, a redução de montantes nas contas em que foi aplicado o AVP.
- O contraste entre o total do Ativo antes e depois do emprego das contas retificadoras caracterizou-se como R\$ 241.057,96.
- As modificações percebidas no Ativo Circulante e não Circulante foram de, respectivamente, R\$ 90.976,41 e R\$ 150.081,54.

O Quadro 15, um excerto do Passivo do Balanço Patrimonial de 2013 da empresa YML Metalurgia exibe os valores das contas antes e depois do lançamento

do ajuste a valor presente. Detecta-se, assim como nas contas do ativo, as discrepâncias de valores entre a utilização ou não do AVP.

Quadro 15: Excerto do Passivo do Balanço Patrimonial da Empresa YML Metalurgia

Passivo	2013 (com ajuste)	2013 (sem ajuste)	Variação
Passivo Circulante	277.136,59	324.000,00	46.863,41
Contas a Pagar em Curto Prazo	324.000,00	324.000,00	-
Fornecedor A	100.000,00	100.000,00	-
Fornecedor B	-	-	-
Fornecedor C	12.000,00	12.000,00	-
Fornecedor D	32.000,00	32.000,00	-
Fornecedor E	180.000,00	180.000,00	-
Encargos Financeiros a Transcorrer	46.863,41	-	46.863,41
Saldo em Contas a Pagar em Curto Prazo	277.136,59	324.000,00	46.863,41
Passivo não Circulante	531.461,26	820.000,00	288.538,74
Contas a Pagar em Longo Prazo	820.000,00	820.000,00	-
Fornecedor A	400.000,00	400.000,00	-
Fornecedor B	420.000,00	420.000,00	-
Encargos Financeiros a Transcorrer	288.538,74	-	288.538,74
Saldo em Contas a Pagar em Longo Prazo	531.461,26	820.000,00	288.538,74
Total do Passivo	808.597,85	1.144.000,00	335.402,25

Fonte: Elaborada pela Autora (2014).

Assim como o excerto do Ativo do Balanço de 2013, o fragmento do passivo compreende divergências entre os valores com AVP e os demais:

- Houve variações nos totais das contas: Passivo Circulante, Passivo não Circulante, Passivo Total, Contas a Pagar em Curto Prazo e Contas a Pagar em Longo Prazo.
- Quando da aplicação do AVP, ocorreram reduções dos valores das contas.
- O montante do passivo, antes e depois do AVP, caracterizou-se como R\$ 1.144.000,00 e R\$ 808.597,85 respectivamente.
- O Passivo Circulante e Não Circulante evidenciaram uma diferença no valor de R\$ 335.402,25 após o emprego do ajuste.

Destacam-se, referente às contas retificadoras Receita Financeira a Apropriar e Encargos Financeiros a Transcorrer de Curto e Longo Prazo, os cálculos efetuados anteriormente, conforme exposto no CPC 12. Assim como o exemplo do cliente e do fornecedor A, executaram-se nos demais a análise mensal referente ao ajuste a valor presente a ser apropriado. Separou-se, portanto, o AVP em curto e longo prazo, assim como as Contas a Receber e Contas a Pagar.

Ressalta-se, que além das divergências nos valores do Balanço, outros demonstrativos contábeis refletores de resultados da entidade também serão alterados. Uma vez que, a Receita Financeira Comercial e os Encargos Financeiros, ambos apropriados mensalmente, encontram-se no Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE. Além disso, com a alteração no DRE da sociedade, consequentemente serão alterados os valores do Patrimônio Líquido (PL).

Em consequência das mudanças no balanço patrimonial, aumentaram-se os índices de liquidez imediata, corrente, seca e geral, uma vez que, os mesmos dependem do ativo e passivo circulantes e não circulantes para seus cálculos. Alteraram-se também, pelo mesmo motivo, os índices de endividamento total, a participação de capital de terceiros sobre os recursos totais, com a diminuição de seus valores. Assim, alterando não somente os demonstrativos contábeis da empresa, mas também sua forma de analisar o desempenho da empresa. Por fim, esclarecem-se nas notas explicativas, consoante o CPC 12, de que foi desenvolvido nas contas: a Receber e a Pagar da entidade, contas retificadoras que garantissem o resultado fidedigno das operações contábeis.

Perante as mudanças demonstradas, advindas da aplicação do CPC 12 em concordância com as normas brasileiras de contabilidade a uma empresa do ramo metalúrgico, salienta-se a relevância do conhecimento das novas normas contábeis. Visto que muitas alterações propostas pelas normas consistem em obrigações para as sociedades. Além disso, acentua-se a indispensabilidade em registrar as operações ocorridas na empresa com transparência.

O profissional responsável pela contabilidade da entidade vê-se impelido a informar-se constantemente, com o intuito de prevalecer atualizado. As novas normas contábeis modificaram a forma do pensamento contábil ao requerer informações condizentes com a realidade. Com o intuito de oferecer uma base para a aplicação dessas normas, a análise vigente nesse estudo de caso empenhou-se em elucidar com veracidade os relatórios da entidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal apontar o impacto patrimonial na adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente com ênfase em clientes e fornecedores em uma empresa do ramo metalúrgico. Definiu-se o tema do ajuste a valor presente pela relevância da adoção das normas contábeis internacionais na contabilidade brasileira, uma vez que, ainda há carência de pesquisas concernentes ao tema supracitado.

As normas contábeis internacionais foram introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. O intuito da criação do CPC, composto por instituições de diversas áreas de atuação no País, foi o de traduzir, interpretar e emitir os pronunciamentos, baseando-se nas normas internacionais. Os CPCs correlacionam-se às Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, responsáveis pela regulamentação da prática contábil.

Muitos países já aderiram às normas contábeis internacionais, como o Brasil, porém ainda existe um vasto processo após as devidas adoções. No Brasil, o Fisco ainda não acata igualmente as alterações introduzidas pelas normas, por conseguinte, criando obstáculos para a profissão contábil. Acredita-se, todavia, que em determinado período, o Fisco e as normas brasileiras tenderão para um mesmo objetivo: uma contabilidade transparente e homogênea.

Conforme descrito no tema da pesquisa, efetuou-se o estudo de caso em uma empresa do ramo metalúrgico, com o intuito de identificar o impacto patrimonial na adoção do CPC 12 nas contas contábeis: a Receber e a Pagar da entidade. Assim como o estudo baseado no referido CPC, são vantajosos todos os conhecimentos adquiridos alusivos às novas normas contábeis. Visto que, a convergência contábil já é uma realidade no País.

Ao buscar a contribuição proporcionada pela aplicação do ajuste a valor presente nas informações contábeis da entidade, analisou-se que os valores encontrados nas operações de ajuste representavam quantias menores do que os apresentados anteriormente sem as modificações. Observou-se a partir disso, a relevância da representação correta da contabilidade. Uma vez que, além da redução de valores do balanço patrimonial e alteração do Patrimônio Líquido, obtiveram-se resultados fidedignos à realidade da empresa. Por conseguinte,

percebe-se que foi possível distinguir o impacto patrimonial do ajuste a valor presente nas contas de clientes e fornecedores da sociedade.

Há uma necessidade cada vez maior do profissional contábil procurar a atualização de conhecimentos. Além das empresas de contabilidade, os profissionais atuantes na área também são influenciados pelas novas normas internacionais. Após um período de adaptação, os órgãos reguladores da contabilidade no Brasil já cobram a utilização das normas e aplicam punições aos que ainda não estão adequados.

Percebe-se que, além da indispensabilidade de atualização do profissional, ainda existe uma cultura incorreta nas entidades, posto que haja uma preocupação maior em reduzir a quantidade de impostos pagos mensalmente do que adequar a contabilidade da empresa de forma fidedigna. Com esse empecilho, os profissionais da área contábil, muitas vezes desejosos dessa adequação, encontram-se em dúvida sobre a quem devem agradar: seus clientes ou os órgãos reguladores.

Com o intuito de demonstrar a profissionais, acadêmicos e empresários a relevância da adequação ao ajuste a valor presente, elaborou-se o presente trabalho. Infere-se que, a partir do mesmo, corroborou-se um dos objetivos das normas internacionais da contabilidade: apresentar demonstrativos contábeis que espelhem a realidade da empresa e que sejam úteis para os usuários internos e externos.

REFERÊNCIAS

AURELIO, O mini dicionário da língua portuguesa. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Iob, 2010. 702 p.

BELTRAME, Carine et al. A EMPRESA MULTINACIONAL ENRON E A INTER-RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA CORPORATIVA E DEMAIS CASOS. In: SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SEPE, 16., 2012, Santa Maria. **Anais...**. Santa Maria: Sepe, 2012. p. 03 - 03. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7109.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 04 maio. 2014.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 04 maio. 2014

_____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Lei/L11941.htm#art37>. Acesso em: 04 maio. 2014

BRAUNBECK, Guillermo. **International Financial Reporting Standards: framework-based understanding and teaching**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Documents/QassimHandout.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

Comitê de Pronunciamentos Técnicos. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NORMA TÉCNICA NBC TG 12: Ajuste a Valor Presente**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-tg-12>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-**

Financeiro. Brasília, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em:
04 abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12:** Ajuste a Valor Presente. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf>. Acesso em: 04
abr. 2014..

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26:** Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2011. Disponível
em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev03.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO Nº 1.151:** Resolução nº 1.151. Brasília, 2009. Disponível em:
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1151_2009.htm>. Acesso
em: 04 abr. 2014.

CUNHA, L. Um Salto para o Futuro. Mundo Corporativo. São Paulo, n. 30, outubro –
dezembro 2010. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/MC30.pdf> .Acesso em: 22 maio 2014.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
MULLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Marcio. **Contabilidade Avançada e Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. 152 p.

FERREIRA, Lucio. **O maior desafio das IFRS: o USGAAP**. 2011. Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-maior-desafio-das-ifsrs-o-usgaap/60280/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

FONSECA, João José da Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. 2002. Disponível
em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 678 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ead, 2009. 120 p. Disponível em:
<file:///C:/Users/USER/Downloads/13_Livro_Metodos_de_Pesquisa.pdf>. Acesso
em: 12 jun. 2014.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 315 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUROVITZ, Helio. Uma grande Enron-lação. **Revista Exame**, São Paulo, n. 0755, p.20-20, 06 dez. 2001. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0755/noticias/uma-grande-enron-lacao-m0044713>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

IFRAH, Georges. **Os números: A história de uma grande invenção**. São Paulo: Globo, 2009.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S.GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. *Revista Contabilidade e Finanças, USP*, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, maio/agosto 2009.

LIMA, Ariovaldo Alves. **Contabilidade Básica**. Disponível em: <www.grupoempresarial.adm.br> Acesso em: 15 abril 2014.

LOURENÇO, Rosenerly Loureiro. **DIFUSÃO DA CONVERGÊNCIA BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS CONSELHOS DA CLASSE CONTÁBIL**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MADEIRA, Geová J. SILVA, Cátia B. A. ALMEIDA, Fabiana L. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Mineira de Contabilidade*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG. Ano n. 16, 4. trim. 2004.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 292 p.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Geral II: Segundo a Lei 11638/2007 das sociedades anônimas**. Cianorte: Gráfica Vera Cruz, 2004. 335 p.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MONTEIRO, Sônia da Silva Maria. **Manual de Contabilidade Financeira**. Porto, Portugal: Vida Económica, 2013

SILVA et al. A Lei Sarbanes Oxley e seus efeitos nas transparências para os investidores brasileiros em empresas S/A. UNICASTELO. São Paulo, 2007. Disponível em:

http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Lei_Sarbanes_Oxley_e_seus_efeitos.pdf Acesso em: 26 Abril. 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2009. 165 p.

PICCOLI, João Carlos Jaccottet. **Normalização para trabalhos de conclusão em Educação Física**. 2. ed. Canoas: Editora da Ulbra, 2006.

PINTO, Leonardo José Seixas. **A evolução histórica da contabilidade e as principais escolas doutrinárias**. 2002. 35 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2002.

REIS, Linda G. Produção de Monografia: da teoria à prática. 2. Ed. Brasília: Senac – DF; 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Luca Pacioli - Um mestre do Renascimento**. 2. ed. São Paulo: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004. 195 p. SÁ, Antonio Lopes. Pré História Contábil Brasileira. Disponível em: <www.lopesdesa.com.br> Acesso em: 25 set. 2011.

SANTOS, A. dos. GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo – SP, ano XIV, n. 32, p. 7-22, maio/ago. 2003

SCHMIDT, Paulo, SANTOS, José Luiz dos, FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos da Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Editora Atlas, 2006. GITMAM, Lourence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo : Ed. Pearson, 2004

SCHNABEL, Otfried. **ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA NA ADOÇÃO DO VALOR PRESENTE NAS CONTAS A RECEBER: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BR GAAP, IFRS E GERMAN GAAP**. 2009. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/340877_1_1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014

SOARES, Camila Frasson. A Evidenciação contábil do teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: um estudo de caso com as empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA. 2012. p. 70. Orientador: Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada: e análise das demonstrações financeiras**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 650 p.

VILLELA, M. V. E. Uma reflexão sobre a necessidade de harmonização contábil mundial baseada em uma comparação entre as normas de business combination do IASB, do FASB e do Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 164, p.23-35, março/abril 2007.

Anexos

Pronunciamentos Editados pelo CPC e Aprovados pela CVM e pelo CFC (continua)

CPC N.	DELIBERAÇÃO CVM N.	RESOLUÇÃO CFC N.	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
00	539, de 2008	1.121, de 2008	Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.
01	527, de 2007	1.110, de 2007	Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
02	534, de 2008	1.120, de 2008 e 1.164, de 2009	Efeito nas Mudanças das Taxas de Cambio de Demonstrações Financeiras.
03	547, de 2008	1.125, de 2008	Demonstração dos Fluxos de Caixa.
04	553, de 2008	1.139 e 1.140, ambos de 2008	Ativos Intangíveis.
05	560, de 2008	1.145, de 2008	Divulgação de Partes Relacionadas.
06	554, de 2008	1.143, de 2008	Operações de Arrendamento Mercantil.
07	555, de 2008	1.142, de 2008	Subvenções e Assistências Governamentais.
08	556, de 2008	1.142, de 2008	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.
09	557, de 2008	1.138, de 2008 e 1.162, de 2009	Demonstração de Valor Adicionado(DVA).
10	562, de 2008	1.149, de 2009	Pagamentos Baseados em Ações.
11	563, de 2008	1.150, de 2009	Contratos de Seguro.
12	564, de 2008	1.151, de 2009	Ajustes a Valor Presente.
13	565, de 2008	1152, de 2009	Adoção Inicial da Lei n. 11.638/2007 e da Medida Provisória (MP) nº 449/2008.
14	566, de 2008	1.153, de 2009	Instrumentos Financeiros (Fase I).
15	580, de 2009	1.175, de 2009	Combinação de Negócios.
16	575, de 2009	1.170, de 2009	Estoques
17	576, de 2009	1.171, de 2009	Contratos de Construção.
18	605, de 2009	1.241, de 2009	Investimentos em Coligada e Controlada.
19	606, de 2009	1.242, de 2009	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>).
20	577, de 2009	1.172, de 2009	Custos dos Empréstimos.
21	581, de 2009	1.174, de 2009	Demonstrações Intermediárias.

Pronunciamentos Editados pelo CPC e Aprovados pela CVM e pelo CFC
(conclusão)

CPC N.	DELIBERAÇÃO CV N.	RESOLUÇÃO CFC N.	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
22	582, de 2009	1.176, de 2009	Informações por Segmento.
23	592, de 2009	1.179, de 2009	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.
24	593, de 2009	1.184, de 2009	Evento Subseqüente.
25	594, de 2009	1.180, de 2009	Provisões e Ativos e Passivos Contingentes.
26	595, de 2009	1.185, de 2009	Apresentação das Demonstrações Contábeis.
27	583, de 2009	1.177, de 2009	Ativo Imobilizado.
28	584, de 2009	1.178, de 2009	Propriedade para Investimento.
29	596, de 2009	1.185, de 2009	Ativo Biológico e Produto Agrícola.
30	597, de 2009	1.187, de 2009	Receitas.
31	598, de 2009	1.188, de 2009	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.
32	599, de 2009	1.189, de 2009	Tributos sobre o Lucro.
33	600, de 2009	1.193, de 2009	Benefícios a Empregados.
35	607, de 2009	1.239, de 2009	Demonstrações Separadas.
36	608, de 2009	1.240, de 2009	Demonstrações Consolidadas.
37	609, de 2009	1.253, de 2009	Adoção Inicial de Normas Internacionais de Contabilidade.
38	604, de 2009	1.196, de 2009	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
39	604, de 2009	1.197, de 2009	Instrumentos Financeiros: Apresentação.
40	604, de 2009	1.198, de 2009	Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
41	636, de 2010	1.287, de 2010	Resultado por Ação.
43	610, de 2009	1.254 de 2009	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.
PME		1.255, de 2009	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Fonte: Viceconti e Neves (2012, p. 35)